



REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

CNPJ 94.845.674/0001-30
NIRE 43 3 00002837

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete à apreciação de V.S. as seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2022. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes.

Perfil da Companhia: A RPR tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente, Gasolina, Óleo Diesel, Óleo Combustível Marítimo, Nafta Petroquímica, GLP, Aguarás, Óleos Especiais, Pentanos e Solventes Leves.

Ambiente Econômico e de Negócios: O início do ano de 2022 foi marcado por fortes elevações nos preços das commodities, com o mercado internacional pressionado diante do déficit de oferta causado pela guerra da Ucrânia e das sanções impostas pelo Ocidente ao petróleo russo. Contudo, no segundo semestre, houve queda nas cotações diante da expectativa de menor demanda global e da desaceleração econômica mundial, com o cenário de inflação e juros altos, além da desaceleração da demanda chinesa por petróleo após o país anunciar novos lockdowns em seus territórios por conta de novos aumentos de casos de covid. A alta das commodities favoreceu, principalmente na primeira metade do ano, a moeda de países exportadores, como o Brasil. Segundo o Banco Central do Brasil, a estimativa de aumento do PIB brasileiro é de 3,0% em 2022. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 5,8%, acima da meta estipulada e mais de 1 p.p. fora do limite de tolerância de 1,5 p.p.. A taxa básica de juros da economia encerrou 2022 em 13,75% a.a., sendo o maior patamar dos últimos 6 anos. A cotação média do câmbio foi de R\$ 5,16/dólar, uma valorização de 4,3% da moeda nacional em relação ao ano anterior. A cotação da moeda americana no final do período foi de R\$ 5,22/dólar. A cotação média do petróleo Brent em 2022 foi de US\$ 101,2/baril, superior 43,1% em relação ao ano anterior e representando um aumento de 37,0% quando convertido em moeda nacional. Conforme dados divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), houve no mercado brasileiro um aumento de 1,9% na demanda por derivados de petróleo em relação ao ano anterior, no Rio Grande do Sul o aumento foi de 3,0%. Em 2022, a indústria de refino de petróleo no Brasil manteve a prática de comercialização de derivados de petróleo correlacionados com sua cotação internacional, atuando com margens acima do padrão histórico devido os elevados cracks internacionais dos principais derivados, mesmo com defasagem dos preços nacionais da gasolina e diesel em relação ao mercado internacional de, respectivamente, 5% e 7% na média do ano.

A REFINARIA RIOGRANDENSE

Contexto Operacional: Em 2022 a RPR adquiriu petróleos, produtos e correntes intermediárias de origem nacional e importada, tendo processado essas matérias-primas e comercializado seus derivados principalmente na região sul do Brasil.

Processos de Gestão: Em suas atividades empresariais a RPR busca a melhoria contínua dos processos de gestão, com o objetivo de consolidar e avançar nas melhores práticas de segurança, meio ambiente, saúde e conduta ética. Em 2022, tivemos como foco principal a consolidação das práticas e ferramentas de SMS e desenvolvemos novos processos para evolução dos padrões de segurança e meio ambiente. Realizamos diversas ações de desenvolvimento da cultura de segurança através dos três pilares do Programa Operar Seguro: pensamento, atitude e ambiente. Dentro de cada pilar, foram desenvolvidas ações de envolvimento da força de trabalho que contou também com familiares, como realização da primeira turma do projeto "Brigadista Mirim", envolvendo cerca de 20 crianças, filhos de funcionários RPR. Seguimos com nosso compromisso de prevenção e capacitação em respostas aos cenários acidentais, com realização de 60 simulados e 72 treinamentos da brigada de emergência. Realizamos um treinamento prático em nível avançado para 93 brigadistas e implementamos, como forma de engajamento, o dia do brigadista. Em segurança de processo, no ano registramos um evento IFAP TIER 1 de pequenas proporções. Em pessoas, não registramos nenhum evento TAR, sendo o último computado em novembro de 2021, atingindo nosso melhor desempenho histórico. Além disso, seguimos sem registro de acidentes com afastamento desde 2019. Dentro do compromisso das melhores práticas de gestão e governança, em 2022 realizamos diversas auditorias com objetivo de verificar conformidades nos processos e requisitos legais, mantendo nossos certificados ISO e comprometidos com a segurança operacional. Também promovemos momento de reflexão de concelhos éticos através de palestra direcionada ao grupo gerencial e a 2ª Semana de Conformidade, com destaque para a revisão do Código de Conduta.

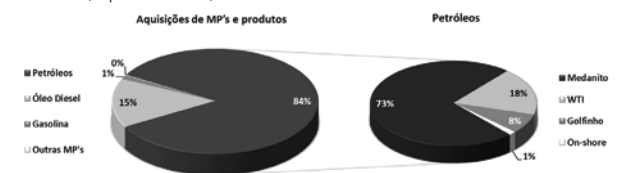
Custos e Investimentos: Em 2022 a RPR investiu R\$ 14,3 milhões em melhorias das suas instalações industriais, destacando-se: i) R\$ 7,6 milhões na parada geral de manutenção finalizada em fevereiro de 2022, que objetivou a garantia da confiabilidade operacional e o aumento da eficiência

dos equipamentos; ii) R\$ 3,8 milhões em segurança, meio ambiente e atendimentos à requisitos legais; e iii) R\$ 2,5 milhões na confiabilidade da planta industrial.

Pessoas: A empresa atua na gestão de pessoas através de suas políticas de fortalecimento da cultura organizacional, desenvolvendo competências e habilidades dos seus colaboradores e oferece aos seus empregados um abrangente plano de benefícios, tais como: a participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, extensão da licença maternidade, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, restaurante na empresa e clube esportivo. Com relação a capacitação, o programa de treinamento atingiu 272 colaboradores (91% do efetivo da empresa), totalizando 916 eventos e 23.121 horas, destacando-se a criação de um programa de desenvolvimento, propiciando evolução e aprimoramento na gestão das equipes.

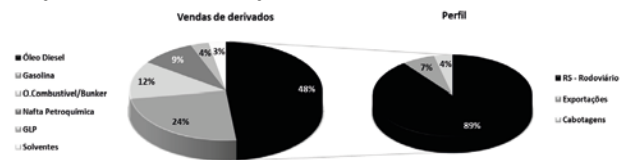
Responsabilidade Social Empresarial: A RPR entende que responsabilidade social se traduz em estar presente na comunidade, realizando ações e investindo em projetos que contribuam para o seu desenvolvimento. A empresa faz disso o seu compromisso. Entre tantas ações que receberam apoio, em 2022 destacamos: a formação da 11ª turma do Projeto Pescar, oferecendo capacitação profissional a jovens em situação de vulnerabilidade social; "Karatê Para Todos" garantindo aulas gratuitas para as crianças dos bairros vizinhos; e o Banco de Alimentos do município, organização que atende mais de 60 instituições carentes da cidade no combate à fome, mais uma vez recebeu o nosso apoio. Ainda, iniciamos uma parceria para apoio ao premiado Projeto Ambiental de Monitoramento dos Botos da Lagoa dos Patos, iniciativa conduzida pelo Museu Oceanográfico de Rio Grande; realizamos a entrega de mais uma sala equipada para atendimento à saúde da mulher, no Posto de Saúde do bairro Santa Tereza; participamos do "CriARQ – Hackathon: Soluções Para a Cidade do Rio Grande", maratona de inovação que reuniu milhares de alunos da rede pública na criação de propostas para melhorar a vida de toda a comunidade rio-grandina, e contribuímos com a segurança pública da cidade, com a doação de veículos para a Polícia Militar e Polícia Civil através do PISÉG – RS (Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública).

Produção e Comercialização: O processamento de petróleo de 2022 atingiu uma média de 11.904 barris/dia, superior 5,9% em relação ao ano anterior e alcançando um FUT de 70%, sendo impactado, majoritariamente, pela parada geral de manutenção finalizada em fevereiro de 2022. Excluindo o efeito da parada, o processamento médio do ano foi de 13.936 barris/dia com FUT de 82%. No ano foram adquiridos petróleos importados e nacionais e, visando garantir menores custos e uma maior competitividade no mercado, a RPR desenvolveu quatro novas matérias-primas: o petróleo argentino Medaniito, que se tornou o principal fornecimento do ano; e os petróleos on-shore Tiê, Lagoa Parada e Rio Ipiranga, adquiridos de pequenos produtores nacionais. No final do ano, houve o recebimento para teste do petróleo on-shore Santana, novo suprimento de pequeno produtor que está em desenvolvimento pela RPR. Além destas matérias-primas, para o suprimento do período também foram processados os petróleos WTI e Gólfino. As aquisições de produtos e correntes intermediárias atingiram volume de 138 mil m³, representando 17,9% sobre o volume total vendido no ano.



As vendas de derivados atingiram o volume de 772 mil m³ em 2022, sendo 1,4% superior ao ano anterior, mesmo com parada geral de manutenção realizada no primeiro bimestre, destacando-se as comercializações de 73 mil m³ de Diesel S10, maior volume da história da RPR, e 71 mil m³ de Nafta Petroquímica, o maior volume desde 2009. A participação da RPR no mercado gaúcho de gasolina e diesel foi de 7,5% em 2022 versus 11% em 2021, movimento alinhado à estratégia de penetração em novos mercados para captura de melhores prêmios. Ainda, destacam-se as vendas realizadas pelo modal marítimo, sendo 29 mil m³ por cabotagem para o mercado nacional e 43 mil m³ por longo curso

para países do Mercosul. O volume total de exportações, marítimas e rodoviárias, atingiu 52 mil m³, permitindo a comercialização de produtos baseada na correlação com os preços internacionais. A defasagem média da RPR foi de 3% na gasolina e 6% no diesel.



Resultado Econômico-Financeiro

Em 2022 houve elevações dos preços e cracks internacionais sobre os principais derivados (gasolina, diesel e bunker), gerando maiores margens e ganhos de estoque sobre a comercialização destes produtos, mesmo havendo defasagem nos preços nacionais em relação aos preços de paridade de importação (PPI). Outros impactos no resultado da Companhia foram o ganho de R\$ 84,5 milhões referente ao êxito de processo tributário de PIS/COFINS e R\$ 6,1 milhões referente a um acordo com o Estado do RS para a liquidação de precatórios. Com isso, o ano finalizou com geração de EBITDA de R\$ 156,1 milhões e lucro líquido de R\$ 76,4 milhões.

R\$ milhões	2022	2021	Δ 22/21
Receita Bruta	3.890,5	3.029,4	28%
Receita Líquida	3.216,0	2.092,8	54%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	76,4	0,3	24.403%
EBITDA	156,1*	7,1	2.087%

* Considera valor de receita financeira referente aos processos tributários.

Endividamento: Durante o ano, destacamos o processo de emissão de debêntures no valor de R\$ 130,0 milhões junto ao banco Daycoval, proporcionando o alongamento e melhoria no perfil da dívida. Logo, foi atingido no encerramento do exercício o perfil de 69% da dívida a longo prazo, tornando-se o melhor nível dos últimos 9 anos. O caixa da Companhia foi encerrado em R\$ 148,5 milhões e com uma dívida líquida de R\$ 104,4 milhões, melhora de R\$ 56,2 milhões com relação ao ano anterior, conforme abaixo:

R\$ milhões	2022	2021
Emprést. e financ. CP	72,4	252,7
Emprést. e financ. LP	175,3	0
Instrumentos derivativos financ.	5,3	(1,4)
Total da Dívida	253,0	251,3
Caixa	148,5	90,7
Dívida líquida	(104,4)	(160,6)

Perspectivas: Em 2023 o foco será no aumento da participação de combustíveis marítimos nas vendas e na manutenção do perfil alongado da dívida. A Companhia permanecerá desenvolvendo as ações necessárias para otimizar as margens e garantir a rentabilidade do negócio, tais como: aumento da diversificação da matéria-prima via aquisição de petróleos com perfil mais pesado e com menores custos, elevando a participação de matéria-prima de produtores nacionais; e acordos comerciais com preços aderentes ao mercado internacional e aumento da presença no mercado de exportações e cabotagens para outros estados. No ano espera-se um nível de operação em patamar mais elevado e sem parada de manutenção programada, com estimativa de atingir um FUT de 89%. Além disso, seguiremos com o foco na garantia da confiabilidade e segurança operacional, mitigação de riscos, otimização dos recursos e ativos e desenvolvimento de novos mercados. Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2022.

A Administração.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	119.618	90.700
Contas a receber de clientes	6	161.568	10.187
Ganhos não realizados com derivativos	17a	-	1.871
Estoque	7	190.341	110.500
Impostos a recuperar	8	86.100	36.08
Outros ativos	17b	732	24.151
		558.359	273.494
Não circulante			
Aplicações Financeiras	5	28.923	-
Depósitos judiciais	14	4.477	2.686
Outros ativos	6	137	293
Impostos diferidos	21c	-	4.928
Impostos a Recuperar	8	28.281	-
Imobilizado	10	183.224	183.599
Intangível		93	109
		245.136	191.615
Total do ativo		803.495	465.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Financiamentos e empréstimos	11	72.378	252.690
Fornecedores	12	276.535	73.331
Perdas não realizadas com derivativos	17a	6.027	1.956
Impostos e contribuições a recolher	13	33.248	10.138
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	2.861	5.321
Provisão para benefício pós-emprego	15	5.796	5.085
Dividendos Propostos	16e	12.939	-
Outros passivos		22.719	5.945
		432.503	354.466
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	11	175.257	-
Impostos diferidos	21c	21.731	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	6.254	7.222
Provisão para benefício pós-emprego	15	57.711	53.358
		260.952	60.580
Patrimônio líquido			
Capital social	16	50.477	50.477
Ajustes de avaliação patrimonial	16A	27.216	32.914
Prejuízo acumulado		-	(33.328)
Reserva legal		2.156	-
Reserva de Giro e Melhoramento		30.191	-
		110.040	50.064
		803.495	465.110

Total do passivo e patrimônio líquido

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de giro e melhoramentos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	50.477	17.545	-	-	(35.804)	32.217
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	312	312
Outros resultados abrangentes	-	15.369	-	-	2.165	17.534
Total de resultados abrangentes no exercício	-	15.369	-	-	2.477	17.846
Saldos em 31 de dezembro de 2021	50.477	32.914	-	-	(33.327)	50.063
Lucro do exercício	-	-	-	-	76.450	76.450
Outros resultados abrangentes	-	(5.699)	-	-	2.164	(3.535)
Total de resultados abrangentes no exercício	-	(5.699)	-	-	78.614	72.915
Dividendos propostos	-	-	-	-	(12.939)	(12.939)
Constituição de reservas	-	-	-	-	(32.347)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	50.477	27.216	2.156	30.191	-	110.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia" ou "RPR") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. São sócios da Companhia: Ultrapar Participações S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Braskem S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,585% de ações preferenciais). Suas atividades principais são o refino de petróleo e a comercialização dos seus derivados e correlatos. Os principais produtos produzidos pela RPR são Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Bunker, Óleo Combustível, GLP (Gás de Cozinha), Aguarás e Solventes Especiais. A Companhia possui operações de venda no Brasil e exterior. Em 11 de março de 2022, o Governo Federal sancionou a Lei Complementar 192/2022 onde trazia um benefício fiscal, reduzindo a zero as alíquotas de PIS e COFINS (nacional e importado) sobre o óleo diesel e Gás Liquefeito de Petróleo. Em 23 de junho de 2022, de acordo com a Lei Complementar 194, foi reduzido a zero o PIS, COFINS e a CIDE (nacional e importado) referente a gasolina, considerando assim os combustíveis como sendo de bens e serviços essenciais. Concomitantemente a isso, em 30 de junho de 2022, baseado na Lei Complementar 194, foi reduzido o ICMS do Estado do RS de 25% para 17% de acordo com o Decreto 56.573. **1.2 Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), a preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. **(a) Demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração na data de 16 de março de 2023. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder para realizar qualquer alteração nas demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são todas apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As operações com moedas estrangeiras são todas convertidas para a moeda funcional Real, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. **(c) Uso de estimativas, premissas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos seus ativos, passivos, receitas e das despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado; • Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; • Provisão para benefício pós-emprego; • Instrumentos financeiros derivativos. **2 Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **2.1 Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são

continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **(a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito anteriormente, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como sendo o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos. **(c) Instrumentos financeiros:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e os devidos juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros ou a receita dos dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais

e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Ativos financeiros com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros ativos financeiros e saldos bancários para os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. **(d) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas aplicadas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperada

Continua

Continuação

do sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias de-dutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação este-jeam disponíveis e contra os quais serão utilizados. **(e) Provisões:** Uma provisão é reconhe-cida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou cons-trutiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação rela-cionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **(f) Benefícios concedidos a empregados:** Os compromissos atuariais com os planos de seguro de vida, de assistência médica e a multa de FGTS (este último somente para aqueles potências de aposentadoria especial), estes são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período de serviço dos empregados. O método da unida-de de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmen-te, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefícios definidos em outros resultados abrangentes. **3 Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Com-panhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. A Companhia usa instrumentos finan-ceiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Adminis-tração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. Essa nota apresenta as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramen-cionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. As divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstra-ção financeira. **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente, por procedimentos de aceitação de clientes, a análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, com exigência de garantias. A Companhia não possui histórico de perdas e não registra provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e títulos de investimentos. A Companhia realiza a análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes, bem como as respectivas garantias a serem exigidas. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pelo comitê de crédito da Companhia, que é composto pelas áreas financeira e comercial sob a coordenação da gerência financeira, no qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se de fontes internas e externas. Estas diretrizes visam permitir o acompanhamento da evolução do mercado e a capacidade financeira dos clientes e norteiam a gerência financeira e a diretoria na avaliação e concessão deste crédito. A Companhia possui atualmente 48 clientes (base 2022) no seu ramo principal (venda de combustíveis e solventes, com prestação de serviços de carga, descarga e armazenagem), sendo aproximadamente 30% do faturamento nesse mercado atribuído às operações com a Raizen, 14% com Vibra Energia, 8,5% com Ipiranga. **(b) Risco de liquidez:** A abordagem da Companhia na administração de liquidez de mercado e fluxo de caixa é garantir que sempre a empresa possua liquidez suficiente para cumprir com as suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e de empréstimos e financiamentos. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender as atuais demandas por recursos, o que inclui, mas não se lí-mita, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. **(c) Risco de mercado: Risco da taxa de câmbio:** O risco de mercado no qual está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio. Como toda aquisição de petróleo da Companhia é precificada de acordo com a moeda americana, sendo as vendas destinadas ao mercado nacional, existe a necessidade de se acompanhar essas flutuações, de modo que a Companhia aplique uma gestão ativa de sua dívida, monitorando a sua exposição cambial. A Companhia protege (hedge) de 90 a 100 por cento de seu fluxo de caixa esperado de moeda estrangeira com relação a compras de petróleo firmadas em contrato. **Risco de taxa de juros:** A Companhia possui dívidas financeiras associadas às taxas flutuantes do mercado, e que podem majorar as suas despesas financeiras no futuro. As dívi-das em moeda nacional estão sujeitas às variações do CDI diário. **Exposição a riscos de commodities e preços de derivados de petróleo:** O resultado da Companhia está diretamente associado ao negócio de refino de petróleo e venda de seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. A maior parte dos seus produtos são vendidos no mercado na-cional. O petróleo cru é a matéria-prima principal da Companhia e tem seus preços expostos à cotação do mercado internacional. Para as vendas realizadas no Brasil, os preços finais de derivados são definidos em consonância com a política de preços do maior refinador do Brasil, a Petrobras. **(d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou in-diretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto os riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geral-mente aceitos de comportamento empresarial. A Administração estabelece controles para administrar os riscos operacionais e gestão eficaz dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **3.2 Gestão de capital:** Os ob-jetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **3.3 Es-timativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos de contas a receber e contas a pagar pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A seguir classifica-se os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são ob-serváveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou pas-sivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado ou seja, premissas não observáveis. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos fi-nanceiros classificados como Nível 2 incluem: • O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. • O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. • O valor justo dos demais instrumen-tos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado. **4 Ativos e Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como sendo mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um deri-vativo ou designado como tal no reconhecimento inicial. Os Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo am-ortizado utilizando o método dos juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é então re-conhecido no resultado. **(a) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreco-nhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhe-ce um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao seu valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo os ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passí-vos assumidos) é reconhecida no resultado. **(b) Compensação:** Os ativos ou os passivos fi-nanceiros são compensados e o seu valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	595	569
Aplicações financeiras	119.023	90.131
Total	119.618	90.700

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2022 são oriundos de renda fixa e remuneradas de 85% a 101% do CDI (95% a 102% do CDI em 2021). As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, pois são conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, consideradas como sendo equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. As aplicações de longo prazo que não estão contempladas neste quadro de caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de uma aplicação que não possui liquidez imediata. O valor de R\$ 28.923, refere-se garantia de aplicação vinculada nas debêntures. **6 Contas a receber de clientes e demais contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Clientes	96.595	9.042
Partes Relacionadas	64.972	1.145
Total	161.568	10.187
Não Circulante		
Clientes	137	293
Total	137	293

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais que cada cliente possui. Contudo, a Administração considera os fatores que podem influenciar os riscos de crédito da sua base de clientes, incluindo os riscos de não pagamento da indústria

e do país no qual este cliente opera. Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado de forma individual quanto a sua condição financeira antes da Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstra-ções financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria. A Companhia possui títulos vencidos na posição de contas a receber em 31 de dezembro de 2022, porém o trata-se de valores irrelevantes e pontuais que predominantemente liquidados em janeiro de 2023. A administração da Companhia estimou perdas prospectivas das contas a receber e considerou o valor não relevante. **7 Estoques:** No exercício de 2022, devido às margens de comercialização de derivados de petróleo, a Companhia testou as linhas de produtos para identificação de impairment e reduziu o valor dos estoques de produtos acabados aos valores realizáveis líquidos, no montante de R\$ 1.832 (R\$ 188 em 2021) esta provisão está registrada na conta de "provisão para ajuste a valor de mercado" e é uma redutora da conta de estoques. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	14.268	25.764
Produtos em elaboração	17.125	28.046
Matérias-primas	136.621	37.632
Matérias para manutenção	22.327	19.058
Total	190.341	110.500

As movimentações da provisão para impairment nos estoques esta demonstrada de acordo com a tabela:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(188)	(76)
(Adições) / Reversões	(1.644)	(112)
Total	(1.832)	(188)

Os estoques são demonstrados de acordo com o valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o que for menor. No valor dos custos dos estoques estão incluídos os custos de aquisição e os gastos relacionados diretamente ao processo produtivo da Companhia. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de vendas. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. **8 Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar são detalhados na tabela a seguir, e estão divididos em impostos de curto e longo prazo.

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
IRPJ e CSLL (a)	9.615	12.371
PIS e COFINS (b)	76.485	10.756
ICMS	-	12.958
Total	86.100	36.085
Não Circulante		
IRPJ e CSLL (a)	7.130	-
PIS COFINS (b)	21.151	-
Total	28.281	-

(a) O montante apurado de R\$ 9.615 refere-se exclusivamente ao saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores. E o montante de R\$ 7.130 deve-se ao reconhecimento em 2021 do ganho de processo judicial relativo ao reconhecimento do direito de não-tributação da correção monetária sobre o processo tributário de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS; (b) O montante de R\$ 91.617 (somando circulante e não circulante) refere-se ao saldo do crédito corrigido decorrente do ganho em processo tributário transitado em julgado em 18 de março de 2022, onde buscou afastar a majoração das alíquotas do PIS e da COFINS sobre Combustíveis, promovida de acordo com o Decreto nº 9.101/2017. (ver nota 19), o montante restante dessa conta refere-se ao PIS e COFINS sobre imobilizado, no valor de R\$ 6.019. **9 Partes relacionadas:** As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	2022			
Empresas	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas bruta	Compras
Braskem S.A.	-	-	40.699	177.298
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	38.910	7.876	458.800	156.990
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	85	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	26.062	-	341.269	58.124
Iconic Lubrificantes S.A.	-	-	386	-
Total 2022	64.972	7.961	841.154	392.412

	2021			
Empresas	Contas a receber circulante	Contas a pagar circulante	Vendas bruta	Compras
Braskem S.A.	-	-	6.913	104.905
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	130	1.776	214.383	232.656
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	-	-	-	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	841	-	602.045	-
Liquigás Distribuidora S.A.	5	-	45.581	-
Iconic Lubrificantes S.A.	169	-	11.914	-
Total 2021	1.145	1.776	880.836	337.561

As operações comerciais da Companhia com as suas partes relacionadas são efetuadas de acordo com os preços e as condições estabelecidas entre as partes e alinhadas com as práticas que são adotadas pelo mercado. **(a) Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração fixa de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2022 foi de R\$ 2.040 (R\$ 2.005 no exercício de 2021), e os benefícios atingiram o valor de R\$ 144 (R\$ 136 em 2021), referente a diretores e conselheiros. O plano de benefícios aos administradores da Companhia inclui plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, entre outros. A remuneração variável dos administradores é calculada, ao final de cada exercício, de acordo com uma Política de Remuneração Variável, onde a participação nos resultados é baseada nos objetivos e as metas pré-estabelecidas, anualmente, entre os membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia. Não houve pagamento de remuneração variável aos Diretores em 2022 e 2021. **10 Imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e as perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. A Companhia optou por registrar os ativos imobiliza-dos pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local necessário para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **(b) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente gerarão receita para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostor por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(c) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os terrenos não são depreciados, a Companhia considera seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado: • 60 anos Edificações e benfeitoria • 8-35 anos Máquinas, equipamentos e instalações de operações • 8-32 anos Móveis e utensílios • 5-8 anos Computadores e periféricos • 10 anos Veículos **(d) Composição dos saldos**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Taxa média de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	12.272	-	12.272	12.272
Edificações e benfeitorias	2	58.095	(21.291)	36.804
Máquinas, equipamentos	4	314.255	(189.423)	124.832
Móveis e utensílios	2	3.500	(2.482)	1.018
Computadores e periféricos	13	5.559	(4.532)	1.027
Veículos	14	1.163	(1.118)	45
Obras em andamento	-	7.188	-	7.188
Outros	10	102	(64)	38
Total		402.134	(218.910)	183.224

(e) Movimentação do custo

	31/12/2021		31/12/2022	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	12.272	-	-	12.272
Edificações e benfeitorias	45.873	401	(53)	11.874
Máquinas, equipamentos	311.643	1.749	(124)	1.429
Móveis e utensílios	3.328	177	(5)	3.500
Computadores e periféricos	5.409	189	(39)	5.559
Veículos	1.309	-	(146)	1.163
Obras em andamento	9.472	10.578	-	(13.303)
Outros	79	22	-	101
Total	389.385	13.116	(367)	-

	31/12/2020		31/12/2021	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	12.272	-	-	12.272
Edificações e benfeitorias	45.873	-	-	45.873
Máquinas, equipamentos	308.679	2.253	-	711
Móveis e utensílios	3.267	61	-	3.328
Computadores e periféricos	5.276	135	(2)	5.409
Veículos	1.309	-	-	1.309
Obras em andamento	3.026	7.157	-	(711)
Outros	79	-	-	79
Total	379.781	9.606	(2)	-

(f) Movimentação da depreciação: A movimentação da depreciação dos anos de 2022 e 2021, ocorreu conforme demonstrado na tabela a seguir:

	31/12/2021		31/12/2022	
	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(18.405)	(1.449)	53	(19.801)
Máquinas, equipamentos e instalações	(168.528)	(11.237)	5	(179.760)
operações	(13.392)	(122)	-	(13.514)
Móveis e utensílios	-	-	-	-

Computadores e periféricos	(3.892)	(347)	39	(4.200)
Veículos	(1.302)	(59)	-	(1.361)
Outros	(267)	(8)	-	(275)
Total 2022	(205.786)	(13.222)	97	(218.911)

	31/12/2020		31/12/2021	
	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação
Edificações e benfeitorias	(18.406)	-	-	(18.405)
Máquinas, equipamentos e instalações	-	-	-	-
operações	(167.039)	(1.489)	-	(168.528)
Móveis e utensílios	(2.229)	(11.162)	-	(13.392)
Computadores e periféricos	(3.762)	(132)	2	(3.892)
Veículos	(841)	(461)	-	(1.302)
Outros	(49)	(218)	-	(267)
Total 2022	(192.326)	(13.462)	2	(205.786)

Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou revisões periódicas da vida útil econômica dos itens de imobilizado, sendo que não houve alterações relevantes na vida útil estimada referente aos exercícios anteriores. Além disso, a Administração efetuou análise de eventuais indicadores de impairment do seu ativo imobilizado e não detectou fatores que pudessem indicar a existência de perdas. **11 Financiamentos e Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença existente entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que empréstimos estejam em aberto, utilizando método da taxa efetiva de juros.

	Saldos em		Valor de principal		Encargos Financeiros		Ano de Vencimento
Características	31/12/2022	31/12/2021					
Moeda nacional							
Empréstimos	-	53.411	50.000	169,00% CDI	2022		
Empréstimos	-	31.330	30.000	150,00% CDI	2022		
Empréstimos	-	20.041	20.000	148,00% CDI	2022		
Empréstimos	-	23.309	22.500	169,50% CDI	2022		
Empréstimos	-	40.226	40.000	180,50% CDI	2022		
Empréstimos	3.782	-	22.500	154,00% CDI	2023		
Debêntures	132.757	-	130.000	100% CDI+3,80 a.a.	2027		
Empréstimos	25.051	-	25.000	135,00% CDI	2023		
Moeda estrangeira							
US\$ - Finimp	-	34.774	31.537	149,00% CDI	2022		
US\$ - Finimp	-	49.599	49.339	125,00% CDI	2022		
R\$ - Finimp	86.045	-	85.000	133,50% CDI	2024		
Total	247.635	252.690					
Total Circulante	72.378	252.690					
Total não circulante	175.257						

(a) Informações complementares ao fluxo de Caixa

	Emprestimos e financiamentos	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	170.315	
Alterações de caixa		
Recebimento de atividades de financiamento	263.375	
Pagamentos de atividades de financiamento	(178.623)	
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(16.568)	
Alterações que não afetam caixa		
Despesas de juros e variações cambiais	14.190	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	252.690	
Alterações de caixa		
Recebimento de atividades de financiamento	287.911	
Pagamentos de atividades de financiamento	(283.407)	
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(60.708)	
Alterações que não afetam caixa		
Despesas de juros e variações cambiais	51.148	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	247.635	

(b) Empréstimos bancários: Os empréstimos detalhados por vencimento:

	2022	2021
Seis meses ou menos	38.080	157.680
Seis meses a um ano	34.298	95.010
Um a cinco anos	175.257	-
Total	247.635	252.690

(c) Debêntures: Em maio de 2022, a Companhia realizou a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no valor de R\$ 130.000 e vencimento para 15 de maio de 2027. As debêntures incluem opção de resgate pelo emissor, a partir de 15 de maio de 2023 e pagam juros anuais de CDI+ 3,80%. Esse recurso destina-se ao capital de giro, alongamento do perfil da dívida e ao financiamento das atividades da Companhia. **12 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como sendo passivo não circulante.

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	268.574	71.555
Partes Relacionadas (nota 9)	7.961	1.776
Total	276.535	73.331

13 Impostos e contribuições sociais a recolher: Os impostos a recolher apuradas pela Companhia são demonstrados na tabela a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
--	------------	------------

31 de dezembro de 2022									
Passivos financeiros não derivativos		contábil	contratual	meses		meses		meses	
Financ. e empréstimos		247.634	364.937	125.558	89.288	60.037	60.037	30.018	
Fornecedores		276.535	276.535						
Total		524.169	641.472	125.558	89.288	60.037	60.037	30.018	
Fluxo de caixa									
31 de dezembro de 2021		Valor	caixa	12	24	36	48	60	
		contratual		meses	meses	meses	meses	meses	
Passivos financeiros não derivativos									
Financ. e empréstimos		252.690	275.570	275.570	-	-	-	-	-
Fornecedores		73.331	73.331	73.331	-	-	-	-	-
Total		326.021	348.901	348.901	-	-	-	-	-
(d) Risco cambial: Instrumentos financeiros derivativos - risco cambial: A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF - "Non Deliverable Forward"). Ainda, em 2019, a Companhia utilizou um instrumento derivativo (Swap) para proteger sua captação em dólar (Finimp), eliminando a exposição cambial (libor + variação cambial) por troca de ativo atrelado a juros pós-fixados (percentual de CDI). A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia e que estão refletidos nas contas patrimoniais:									
Tipo de instrumento / proteção		Moeda	Vencimento	Taxa Contratada	Valor nacional em	Valor justo em R\$			
COMPRA				R\$/US\$	US\$ mil	31/12/2022			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,2710	3.000	(46)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,2610	2.175	(133)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,2640	2.145	(149)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,2516	1.750	81			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,2540	2.400	67			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,1930	2.130	17			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,1745	1.131	43			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,2820	2.166	67			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,2150	2.400	(84)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	12/05/2023	5,1485	3.505	(99)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	03/02/2023	5,1390	1.000	92			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	03/02/2023	5,1070	1.000	8			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	03/02/2023	5,1730	1.000	8			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	03/02/2023	5,1515	875	58			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	03/02/2023	5,3035	800	18			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	20/01/2023	5,2844	877	30			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	20/01/2023	5,3250	600	(8)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	20/01/2023	5,4440	1.000	(25)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	20/01/2023	5,4550	1.211	(76)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	20/01/2023	5,2830	1.500	(113)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	20/01/2023	5,3185	1.327	(98)			
NDF - Importação de matéria prima		US\$	20/01/2023	5,3810	2.782	(78)			
TOTAL					36.774	(687)			
					Valor nacional em	Valor justo em R\$			
Tipo de instrumento Swap				Taxa Contratada					
Moeda		Moeda	Vencimento	R\$/US\$	US\$ mil	31/12/2022			
Swap - Finimp ABC		US\$	29/07/2024	5,3069	16.017	(5.340)			
TOTAL					16.017	(5.340)			
O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras de dólar norte americano e variação da DI foram obtidas a partir da BM&F Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima do vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. (e) Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos de hedge de fluxo de caixa: A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger a compra de matéria-prima (petróleo). O instrumento financeiro contratado antes do início da entrada da matéria-prima é considerado contabilmente como derivativo de hedge de fluxo de caixa, sendo que parcela considerada efetiva é registrada no patrimônio líquido no grupo de ajuste de avaliação patrimonial. Após a entrada da matéria-prima importada, que substancialmente coincide com a liquidação do saldo de fornecedores do exterior, a parcela efetiva é registrada no grupo de estoques. Após a matéria-prima ser transformada e vendida na forma de derivado de petróleo, este resultado é reconhecido no grupo de custo dos produtos vendidos. O quadro a seguir apresenta o total operações de instrumentos financeiros derivativos contratados em aberto em 31 de dezembro de 2022, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e o reconhecimento do resultado dos mesmos nas contas de ajuste de avaliações patrimoniais:									
Passivo						31/12/2022			
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)						(687)			
Ajuste de avaliação patrimonial						(687)			
Ativo/Passivo						31/12/2021			
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)						(1.491)			
Patrimônio líquido									
Ajuste de avaliação patrimonial						(1.491)			
Além dos montantes apresentados acima como contratos em aberto, durante o exercício de 2022 a Companhia apresentou os seguintes valores pagos por NDF's, já reconhecidos no resultado, conforme segue:									
						31/12/2022	31/12/2021		
Valores pagos						(108.885)	(28.187)		
Valores recebidos						42.769	31.786		
Total						(66.116)	3.589		
(f) Risco de taxa de juros: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:									
Valor Contábil						31/12/2022	31/12/2021		

Receita bruta de venda de produtos	3.879.199	3.017.588
Receita bruta de serviços	15.090	14.775
Impostos sobre vendas	(664.465)	(936.573)
Vendas canceladas	(13.836)	(3.004)
Total da receita operacional líquida	3.215.988	2.092.786
19 Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Ganho de processo judicial Tributário (a,b)	75.446	20.798
Perdas por impairment	-	(15.184)
Outros receitas	308	1.263
Outras receitas (despesas) operacionais	75.754	6.877
(a) Ganho de processo judicial tributário - A Companhia possui ação judicial cujo o objetivo era afastar a majoração das alíquotas de PIS/COFINS dos Combustíveis, promovida de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 9.101/2017 que foi ajuizada em 2017 e teve seu processo transitado em julgado em 18 de março março de 2022 (5008515-04.2017.4.04.7110/R5), reconhecendo o direito da impetrante de, no intervalo de 21 de julho de 2017 a 20 de outubro de 2017, recolher o PIS e a COFINS sobre combustíveis, no âmbito do regime especial do art. 23 da Lei nº 10.865, de 2004, pelas alíquotas da redação original do Decreto nº 5.059, de 2004, afastadas no período as alíquotas do Decreto número 8.395, de 2015, decorrente do direito da impetrante à restituição dos valores recolhidos a mais, atualizados pela taxa SELIC, mediante compensação tributária. Os valores atualizados totalizaram R\$ 91.617 sendo que, desse montante, o valor referente ao indébito do principal (R\$ 69.332) foi reconhecido como outras receitas operacionais e a atualização em receita financeira - variações monetárias ativas (R\$ 22.285). (b) Em dezembro de 2022, a Companhia recebeu a título de precatório o valor de R\$ 6.114, trata-se de Execução de sentença de Ação Ordinária de Repetição de Indébito de tributo denominado AIRE - Adicional de Imposto de Renda. A Lei Estadual 8792/88, do Rio Grande do Sul, previa a incidência deste Adicional de Imposto de Renda, supostamente devido para o Estado do Rio Grande do Sul, mas o Poder Judiciário afastou a cobrança, gerando o direito de repetição dos valores indevidamente pagos. A Ação Ordinária foi ajuizada em 16/01/1995. A Ação foi julgada procedente em junho de 1995. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e STJ e o processo transitou em julgado em 1997. 20 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Os custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A receita financeira decorrente de variações monetária em 2022 refere-se principalmente ao reconhecimento da correção pela SELIC dos créditos relativo ao processo de PIS e COFINS.		
Despesas financeiras	2022	2021
Juros	(51.154)	(14.190)
Variações cambiais passivas	(3.643)	-
Variações monetária passivas	-	(56)
Outros	(5.965)	(2.359)
Total	(60.762)	(16.605)
Receitas financeiras		
Juros	20.327	5.926
Variações cambiais ativas	-	1.084
Variações monetárias ativas	22.604	10.172
Outros	353	325
Total	43.283	17.507
21 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:		
Lucro/(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social:	2022	2021
Alíquota fiscal combinada:	110.143	(15.136)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada:	(37.448)	5.146
Adições permanentes, líquidas despesas não dedutíveis	292	352
Exclusão da correção (SELIC) sobre processos tributários	5.391	3.458
Reconhecimento do direito de não-tributação	-	7.130
Outros	(1.928)	(638)
Imposto de renda e contribuição social no resultado:	(33.693)	15.448
IR e CSLL corrente	(7.033)	7.131
IR e CSLL diferidos	(26.660)	8.317
Alíquota efetiva	31%	102%
(a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: A Companhia reconhece créditos e débitos tributários decorrentes de adições temporárias e reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. Os IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias: Os encargos relativos ao Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa maneira, os impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. (b) Ativos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos têm a seguinte origem:		
Prejuízo fiscal	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para riscos trabalhistas	30.687	40.776
Demais provisões	-	198
Total	30.687	41.588
A companhia realizou estudo de projeção de resultados que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo estimado de realização do ativo fiscal diferido. A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é de até 7 anos, assim demonstrada:		
Até 5 anos	23.558	
De 6 a 7 anos	7.129	
Total	30.687	
(c) Passivos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos têm a seguinte origem:		
Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	31/12/2022	31/12/2021
Diferença de vidas úteis - depreciação	17.633	18.730
Diferenças temporárias	18.284	17.931
Total	35.917	36.661
A Companhia possui também diferenças temporárias originadas dos valores de provisão para contingências de longo prazo, no valor de R\$ 6.254 (R\$ 7.222 em 2021), e passivos de benefícios pós-emprego, no montante de R\$63.507 (R\$ 58.443 em 2021). Considerando as características dos passivos que geram estas diferenças temporárias sua realização é estimada por um período superior a 10 anos, desta forma a Companhia não constitui impostos diferidos ativos sobre estes montantes devido imprevisibilidade na determinação dos resultados tributáveis futuros para esse período.		
Ativo diferido líquido:		
Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Passivo	2.067	4.928
(Passivo) / Ativo	(23.798)	-
Total	(21.731)	4.928
22 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 1.059.193 (R\$ 789.640 em 2021), riscos para transporte de R\$ 5.588.888 (R\$ 2.730.539 em 2021) e responsabilidade civil de R\$ 1.304.425 (R\$ 1.335.125 em 2021) pelo período de 18 meses.		
23 Despesas por natureza		
Depreciação e amortização	2022	2021
Despesas com pessoal - remuneração	(13.418)	(13.479)
Materia-prima / produtos adquiridos	(33.605)	(25.012)
Despesas com encargos e benefícios aos empregados	(3.014.386)	(2.004.287)
Outros	(26.878)	(22.488)
Total	(75.833)	(50.434)
Despesas de vendas	(3.164.120)	(2.115.700)
Despesas administrativas	(26.527)	(19.520)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(42.389)	(27.424)
Total	(3.095.204)	(2.088.756)

Continuação

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Reconhecimento e mensuração de crédito de PIS e da COFINS sobre Combustíveis

Conforme Nota 8 e Nota 19 das demonstrações financeiras, a Companhia registrou créditos fiscais no montante de R\$ 91.617 mil, oriundos de processo judicial transitado em julgado em 18 de março de 2022. Os referidos processos judiciais reconheceram o direito de afastar a majoração das alíquotas do PIS e da COFINS sobre Combustíveis, promovida pelo Decreto no 9.101/2017. Esse assunto foi foco de nossa auditoria em razão da relevância dos valores envolvidos, do volume de operações que deram origem aos créditos e da existência de julgamento significativo da administração na mensuração e determinação das estimativas relacionadas à realização do crédito tributário.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, obtivemos o entendimento do andamento do processo mediante discussões com o departamento jurídico e a administração e inspeção das decisões relacionadas ao processo. Com auxílio de nossos especialistas tributários, efetuamos a leitura da decisão judicial (trânsito em julgado), avaliamos e discutimos com a administração as conclusões obtidas pela Companhia, fundamentadas em opiniões legais emitidas por especialistas independentes, para entendimento do mérito, reconhecimento e mensuração do ativo. Obtivemos e auditamos, em base de testes, os cálculos preparados pela administração da Companhia para mensurar os valores dos créditos dos impostos a recuperar e a correspondente atualização monetária aplicável para o período objeto da ação judicial. Com base nas projeções de vendas elaboradas pela administração, efetuamos a avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.



Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, que descreve o fato de que parte substancial das operações da Companhia são concentradas com seus acionistas ou partes relacionadas aos acionistas. Além disso, as operações da Companhia são impactadas diretamente pelas políticas do governo e de seu acionista em relação ao preço de combustíveis. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 18 de março de 2022, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo

da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Porto Alegre, 17 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9

ANUNCIE AQUI

(51) 3213-9139

CONTATO.COMERCIAL@GRUPORBS.COM.BR